

## CONFLITOS AMBIENTAIS DECORRENTES DA RELAÇÃO ENTRE A PESCA ARTESANAL E A ATIVIDADE PORTUÁRIA: UM ESTUDO DE CASO DA 4ª SEÇÃO DA BARRA, RIO GRANDE/RS

Ricardo Alfredo Demarco Vitolla, Juliano Rafael Luft, Alice Rosa da Silva, Clara da Rosa Pereira, Tatiana Walter

\*Universidade Federal de Rio Grande – FURG, e-mail: rvitolla@gmail.com

### RESUMO

O estudo analisa de forma introdutória a atividade da pesca artesanal na comunidade da 4ª Seção da Barra, e outras atividades conflitantes que disputam o mesmo ambiente costeiro. Para tal, foram realizadas visitas exploratórias e entrevista semiestruturadas com os pescadores da localidade, dividindo em categorias para análise. Além de enfrentar os problemas intrínsecos da atividade tem o agravante de estarem – suas residências – no território portuário, também, de estarem perdendo o espaço e migrando para a atividade da pesca industrial, servindo de mão de obra proletariado para mesma.

**PALAVRAS-CHAVE:** PESCA ARTESANAL, PESCA INDUSTRIAL, CONFLITOS AMBIENTAIS, COMPLEXO PORTUARIO-INDUSTRIAL.

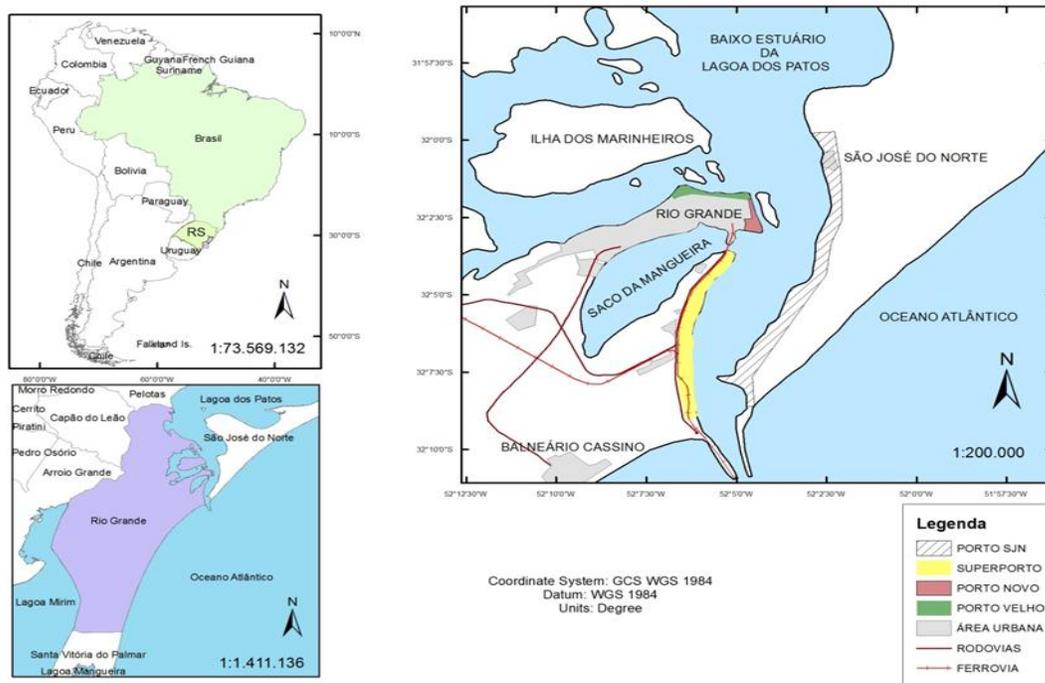
### INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objetivo compreender as atividades conflitantes da pesca artesanal com o complexo portuário industrial e a pesca industrial, com vistas ao aprimoramento da Gestão Ambiental Portuária.

A comunidade da 4ª Seção da Barra está localizada na desembocadura do estuário da Lagoa dos Patos (Figura 1) e inserida no complexo portuário industrial do município do Rio Grande (Figura 2), sendo conhecida como uma comunidade tradicionalmente pesqueira.



Figure 1: Localização da 4ª Seção da Barra.



**Figure 2:Complexo portuario de Rio Grande e São José do Norte. Elaborado por Kahuam Gianuca**

Nesse contexto, o estudo foi realizado com foco na atividade pesqueira artesanal e na relação conflitante dessa com outras atividades de maior impacto, analisando, então, os conflitos ambientais presentes na comunidade. Para tal, se faz necessário o entendimento sobre conflitos ambientais. Em linhas gerais, entende-se que conflitos ambientais:

(...) são, portanto, aqueles envolvendo grupos sociais com modos diferenciados de apropriação, uso e significação do território, tendo origem quando pelo menos um dos grupos tem a continuidade das formas sociais de apropriação do meio que desenvolvem ameaçada por impactos indesejáveis – transmitidos pelo solo, água, ar ou sistemas vivos – decorrentes do exercício das práticas de outros grupos. O conflito pode derivar da disputa por apropriação de uma mesma base de recursos ou de base distintas, mas interconectadas por interações ecossistêmicas mediadas pela atmosfera, pelo solo, pelas águas, etc. Este conflito tem por arena unidades territoriais compartilhadas por um conjunto de atividades cujo “acordo simbiótico” é rompido em função da denúncia dos efeitos indesejáveis da atividade de um dos agentes sobre as condições materiais do exercício das práticas de outros agentes. (ACSELRAD, 2004:26)

O entendimento sobre conflitos ambientais é de extrema importância para a gestão ambiental, já que segundo Quintas (2006), há uma assimetria estrutural no momento em que o Estado autoriza um ente a acessar um recurso ambiental, de forma que o processo de tomada de decisão pelo Estado não é neutro, pois define quem fica com ônus e os bônus da utilização de determinado ambiente. O recurso, que geralmente é escasso, é o objeto de disputa em um conflito ambiental. É necessária a mediação dos conflitos, já que o território das águas pode-se ter vários usos e mesmo sendo usos diferentes, eles tem um objetivo principal, que seria manter o ecossistema que prove os recursos, para que estes usos sejam prolongados, porém o que acaba acontecendo uma grande disputa pelo território, que tem causas nas diferenças socioambientais e essa relação quase sempre tem a ver com o impacto de uma atividade sobre a outra.

No Brasil, cabe ao Estado praticar a gestão ambiental pública, ordenando o processo de apropriação social dos recursos ambientais na sociedade, por meio dos instrumentos estabelecidos na legislação. Neste processo o Poder Público media

interesses e conflitos, potenciais ou explícitos entre atores sociais, sobre os modos de apropriação dos recursos ambientais no meio social (Quintas, 2006). Então podemos ver que, dependendo de qual grupo social nos referimos o meio ambiente tem uma importância, um valor diferente e também que a apropriação dos recursos naturais é diferenciada, pois depende dos agentes políticos e econômicos em questão.

Tendo em vista que a atividade pesqueira artesanal é baseada na simplicidade e na dependência do acesso ao meio, no caso a Lagoa dos Patos, é considerada uma das atividades econômicas mais tradicionais do Brasil (MINISTÉRIO DE PESCA E AQUICULTURA, 2015). Além disso, é um grupo social que representa cerca de 2 milhões de pessoas ao longo de toda a costa brasileira, representando mais de 60% das capturas de pescado no Brasil (SEAP, 2004). Sendo assim, a atividade pesqueira artesanal exercida na comunidade da Barra é pensada no contexto da gestão ambiental como uma possibilidade de melhoria da própria relação porto-cidade, visando a mitigação dos impactos causados pelas atividades de maior impacto. Entendendo que a relação porto-cidade, segundo Monie (2006:992),

(...) não se restringe apenas ao ambiente dos negócios, mas requer a inclusão de elementos históricos, culturais e sociais, já que se trata de uma relação que ainda comporta estigmas, perdas, redefinições de funções, conflitos e interesses diversos, e isso nem sempre está presente nas negociações de mercado. Portanto, trata-se de um processo ainda em construção, que poderá resultar em um novo modelo de gestão portuária, compatível com a diversidade do novo porto, fruto de uma interação qualitativamente diferenciada entre os agentes sociais (operadores, trabalhadores, usuários, arrendatários) e institucionais (autoridade portuária, Antaq, governos representados) e o CAP parece se constituir em fórum privilegiado, ao mesmo tempo em que poderá favorecer a disseminação de uma cultura portuária.

## **METODOLOGIA**

A 4ª Secção da Barra, por se tratar de uma comunidade litorânea ao Porto e ter como característica ser tradicionalmente pesqueira foi pensado como um estudo de caso para compreensão das relações e conflitos das atividades de maior impacto como pesca industrial e complexo portuário-industrial. Para isso, primeiramente, foi realizada uma busca de referencial teórico para possibilitar o entendimento da realidade local e para uma elaboração de revisão bibliográfica da comunidade. Em seguida foram realizadas saídas exploratórias (junho/2015) onde foram realizadas entrevistas semiestruturadas aos pescadores artesanais, com o auxílio de gravador que nos permitiu visualizar as questões levantadas pelo estudo e entender melhor as condições de vida e o modo de trabalho dos pescadores artesanais. Depois de transcritas as entrevistas, foram criadas categorias de análise tais como: conflitos Pesca Artesanal versus Complexo Industrial-Portuário, Conflitos Pesca Artesanal versus Pesca Industrial e Conflitos Pesca Artesanal versus Órgãos Públicos, de acordo com o roteiro de forma a facilitar a análise e visualizar algumas considerações sobre o tema.

## **4ª SECÇÃO DA BARRA**

A 4ª Secção da Barra é um bairro da cidade do Rio Grande que está localizada no extremo sul do Rio Grande do Sul, a aproximadamente a 14 km do centro da cidade do Rio Grande, e é conhecida por ser uma comunidade tradicionalmente pesqueira, com pescadores tanto artesanais, quanto industriais.

No município de Rio Grande está localizado o único porto marítimo do Estado do Rio Grande do Sul que está associado a um dos principais distritos industriais do estado. Em 1996 foi criada a Superintendência do Porto do Rio Grande (SUPRG) que teve como antecessor o DEPREC, a SUPRG é o órgão do governo estadual responsável pela administração dos usos das áreas portuárias.

Conforme SANTANA (2009) a barra esta localizada hoje sobre uma área que no passado era uma estreita faixa de terra recoberta por areias finas que foi ao longo do tempo sofrendo mudanças físicas, sociais e culturais. As primeiras casas construídas no local foram entre os anos de 1906 a 1911 para abrigar os funcionários que estavam envolvidos na obra da construção dos molhes da barra, pois, a maioria dos funcionários provinha de outros países.

Ainda, segundo Santana (2009), na conclusão da construção dos molhes da barra muitos trabalhadores optaram por continuar morando na localidade, pois acharam que as condições de vida eram melhores que seus lugares de origem. Como mostra a figura 3 até a década de 50 a população da comunidade era pequena, moravam no local apenas alguns desses primeiros habitantes e seus descendentes que eram funcionários do DEPREC e pescadores com suas famílias.



**Legenda: 1 - Igreja Nossa Srª da Paz    2 - Escola Saldanha da Gama**  
**3 - Casas do DEPREC    4 - Rua Principal    5 - Algumas casas de pescadores**

Fonte: Museu do DEPREC adaptado por Gisele de Maria Santana.

**Figure 3: Imagem aérea da Barra em meados da década de 50.**

O lugar era ideal para quem vivia da pesca artesanal, pois segundo relato de antigos residentes, o pescado além de ser muito abundante era facilmente capturado na beira da praia. Os depoimentos também indicam que havia o cultivo de hortaliças para o consumo próprio e a criação de porcos, de galinhas e também de vacas. Mas as dificuldades eram muito grandes por se tratar de um lugar que era completamente isolado, sem nenhuma infraestrutura, arenoso, com algumas áreas alagadiças e sujeito aos constantes ventos do litoral gaúcho. Apesar das dificuldades existentes houve uma persistência por parte dos primeiros habitantes que permaneceram afastados do restante da área central do município. O isolamento pode ter contribuído para as fortes raízes que ligam os moradores a esse local (SANTANA, 2010.5 e 6).

Sendo assim, a análise aqui elaborada é focada na atividade da pesca artesanal, realizada na comunidade da Barra, bem como as relações que essa tem com outras atividades econômicas, de maior impacto, dentro do contexto de um ambiente portuário. A partir daqui, evidenciam-se alguns conflitos já identificados no contexto do estudo realizado, tais como: conflito entre a pesca artesanal realizada na 4ª Seção da Barra e o complexo industrial-portuário, e; conflito entre as pescas artesanal e a industrial, realizadas na mesma localidade.

### **CONFLITO PESCA ARTESANAL *VERSUS* COMPLEXO INDUSTRIAL-PORTUÁRIO**

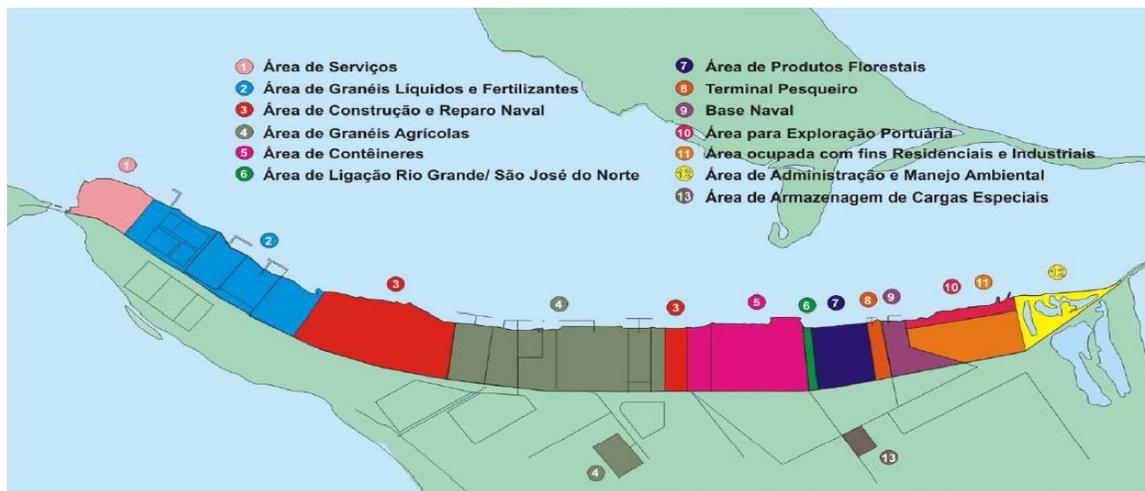
O Porto do Rio Grande se originou em meados do século XIX e até os dias atuais possui grande importância econômica, cultural e social para a região. De acordo com Kitzmann (2010:13), os ambientes portuários são

(...) sistemas altamente complexos, organizados e estáveis, mesmo que, sob certos pontos de vista ou em determinados momentos, não parecem ser nem uma coisa nem outra. Numa visão parcial (reducionista), parecem ser simples locais de troca de modais de transporte, com poucos elementos e interações: navios, cargas, equipamentos, trabalhadores, armazéns, caminhões, trens. No entanto, numa visão mais abrangente (sistêmica), portos são sistemas integrados a outros sistemas maiores: os naturais, urbanos, sociais, industriais e, principalmente, os econômicos, locais e globais. É aí que a complexidade fica evidente. São muitos elementos interagindo com objetos diferentes, o que origina vários conflitos e tentativas de controle do sistema, podendo desestabilizá-lo.

Em relação ao conflito pesca artesanal *versus* complexo industrial-portuário, pode-se dizer que esse tem origem na criação da própria comunidade dentro do território pertencente ao porto, além disso, há interferência deste na comunidade, pois com a construção dos molhes da barra cria-se um obstáculo para a salga da lagoa dos patos, ocasionando uma menor reprodução das espécies de peixes, segundo os relatos dos pescadores artesanais entrevistados.

*“Um primeiro motivo que deu uma fracassada pra nós aqui dentro foi esse molhe que fizeram aí né, esse molhe do norte que aumentaram ficou ruim pra salgar a lagoa né, e a agua que entrava direto pra cá tá saindo direto pra norte esse é um motivo”.* (Entrevistado 4, 2015)

Segundo o Plano de Zoneamento das Áreas do Porto Organizado de Rio Grande (2011), o SuperPorto, onde está inserida a localidade estudada, está dividido conforme a figura 4, correspondendo a área 11.



Fonte: PLANO DE ZONEAMENTO DAS AREAS DO PORTO ORGANIZADO DE RIO GRANDE, 2011.

#### Figure 4: Zona Portuária: SuperPorto

Conforme BARCELLOS (2003), a comunidade por estar localizada na zona portuária do Porto Novo e Superporto, fazendo parte do Porto Organizado do Rio Grande, como vimos, e mesmo estando há décadas com infraestrutura consolidada, como luz, água, telefonia, escolas e transporte coletivo, enfrenta alguns problemas, tais como: a infraestrutura de suas residências e também com o medo de serem retirados das suas próprias casas pela Superintendência do Porto do Rio Grande - SUPRG. É importante ressaltar que durante a ocupação da comunidade da Barra, o Porto já existia no local hoje chamado “Porto Velho” e que a consequente expansão do Porto – Superporto – foi posterior à criação da mesma comunidade.

Outra questão identificada foi a construção de uma rodovia, BR- 392 nomeada como Av. Almirante Maximiano da Fonseca e um empreendimento econômico/portuário, o Distrito Industrial de Rio Grande (DIRG). Por causa da expansão portuária e da construção da rodovia, a comunidade sofreu transformações econômica, cultural e social. Essas transformações se deram pelo fato de que a rodovia facilitou o acesso à comunidade. Antes essa se mantinha isolada do centro da cidade, pois o acesso era difícil e, consequência disso, é que a mesma deixou de ser exclusivamente composta por pescadores e descendentes dos antigos funcionários da DEPREC, tornando-se uma localidade formada por trabalhadores de diversos setores econômicos (Santana, 2010). A rodovia também facilitou o escoamento da produção pesqueira industrial, bem como, acesso ao distrito portuário e construção de um distrito industrial, acirrando os conflitos ambientais existentes na região.

A expansão portuária em direção à comunidade da 4ª Seção da Barra, resultou em outra divergência, a dificuldade do acesso ao ambiente de trabalho necessário para sua reprodução social. Como é retratada na fala de um dos entrevistados:

*“O cara pegava a bicicleta descia lá naquela praia lá, lá na prainha lá perto dos molhes por essa beira de praia e ia até a barraquinha onde fizeram aquele estaleiro pela beira da praia, olha o que fizeram agora não dá nem de passa mais”.* (Entrevistado 6, 2015)

Cabe ressaltar que diante das entrevistas que realizamos na comunidade, muitos dos pescadores não identificam o conflito direto com o porto, porém o mesmo é evidenciado já que a comunidade esta inserida na área correspondente do porto organizado. Além segundo DIEGUES (1983) o uso crescente dos ecossistemas litorâneos e costeiros, para a implantação de polos químicos, petroquímicos, minerometalúrgicos, leva a poluição dos estuários, com o empobrecimento biológico dos recursos tradicionalmente capturados pela pesca artesanal.

A perda de pessoas da pesca artesanal para o complexo portuário – industrial, foi outro conflito evidenciado durante as saídas exploratórias, visto que a maioria dos jovens, filhos de pescadores estão se qualificando para poder trabalhar nessas indústrias que estão inseridas neste complexo.

## CONFLITO PESCA ARTESANAL *VERSUS* PESCA INDUSTRIAL

Podemos considerar um marco histórico para instalação das indústrias de pescada em Rio Grande, como cita DIEGUES (1983) a criação do Decreto-lei 221 de 1967(lei dos incentivos fiscais) que concedeu volumosos subsídios à pesca empresarial-capitalista, que ocasionou a instalação de várias empresas para a captura do camarão e outras espécies voltadas à exportação no município. A partir de então, a pesca artesanal passou a perder espaço para a pesca industrial iniciando um conflito entre as duas formas de organização da produção. Um dos principais problemas é em relação à escassez dos recursos pesqueiros que vem diminuindo ao longo dos anos devido à pesca empresarial-capitalista embarcações de grande porte e ainda os petrechos utilizados por eles acabam prejudicando o fundo marinho, comprometendo a alimentação e reprodução de determinadas espécies e, além disso, retira dos mares e estuários toneladas de peixes através de uma pescaria não seletiva que captura tudo o que é espécies e tamanhos de peixes diferentes, descartando uma grande quantidade que não servem para comercialização.

Outro fator importante é a própria instalação das indústrias de pescada nas comunidades, embora com uma forma de organização social da produção diferente da pesca artesanal, elas coexistem, sendo assim a pesca industrial exerce uma dominância sobre a pesca artesanal, que é determinada pelo poder econômico da primeira em relação à segunda. Essa relação entre a pesca artesanal e industrial faz com que ocorra nas comunidades de pescadores artesanais uma significativa “mudança social”, pois muitos pescadores abandonam a pesca artesanal e se transforma em mão-de-obra barata.

Podemos citar como um exemplo na comunidade da 4ª Secção da Barra a instalação da Indústria de Pescados Leal Santos, desde 1972 na Vila, e que teve uma forte influência na localidade, pois fez modificar a economia local, já que empregaram pessoas da localidade tanto os homens para trabalhar na pesca quanto às mulheres como tarefeiras (Santana, 2010). Aqui chama-se a atenção para a inserção da indústria da pesca na localidade e o seu consequente uso de mão-de-obra local. Sendo assim, a partir do crescimento do polo pesqueiro industrial no município, há uma maior disputa pelo território estuarino lagunar principalmente pela costa, para atracamento e desembarque.

“Os pescador artesanal mora tudo na praia, não tinha barco, tudo de beira de praia, embarcação ficava tudo ancorada no ferro. Era tudo combro de areia, tinha bastante galpão de pescador artesanal, não tinha barco”. (Entrevistado 8, 2015)

“Depois que inventaram esses barco acabaram com tudo”. (Entrevistado, 2, 2015)

Segundo os pescadores artesanais, as indústrias de pesca são uma alternativa para complementar a renda em época de seguro-defeso, mesmo isto sendo uma prática ilegal, tendo em vista que o valor do seguro é insuficiente para o sustento da família, por este motivo a pesca industrial se beneficia desta situação pela mão-de-obra barata já que não é necessário ter o vínculo empregatício. Outra situação acontece com muitas mulheres da cadeia produtiva da pesca que trabalham no beneficiamento do pescado o ano inteiro, muitas vezes em locais inapropriados e com péssimas condições de trabalho, sem contrato e nem carteira assinada, em parte, por não ter outra opção.

“A minha trabalha, mas trabalha na firma de peixe, no negocio de coisa assim como que é diária quanto tem barco tem serviço quando não tem barco não tem serviço é assim que eles trabalham”. (Entrevistado 3, 2015)

## CONFLITOS ÓRGÃOS PÚBLICOS

No período em que realizamos nosso estudo, a maior preocupação dos pescadores artesanais foi quanto aos os órgãos públicos, devido a Portaria IBAMA nº80 de 11 de dezembro de 2003, também conhecida como Portaria Tampão e que considera a necessidade de diminuir a incidência de mecanismos predatórios na zona de acesso ao canal de Rio Grande, como via de ligação com o estuário da Lagoa dos Patos. De acordo com Art 1º Proibir a pesca na modalidade de cerco na região oceânica de acesso ao Estuário da Lagoa dos Patos, na área compreendida entre as distâncias de 20 km (vinte quilômetros) do molhe oeste para sul da Barra do Rio Grande, no Estado do Rio Grande do Sul e 20 km (vinte quilômetros) do molhe leste para norte até a distância de 5 milhas (9.150 metros) da linha da praia, considerando como indicadores físicos visuais na região costeira o navio (encalhado) "Altair" e a entrada de São José do Norte.

Para os pescadores artesanais da 4º Secção da Barra, essa exclusão de pesca ocasiona um grande problema, pelo fato de que eles não podem nem transitar com seus barcos no canal que já sofrem algum tipo de intervenção do IBAMA.

Segundo o Relatório da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO, 2013.148 *apud* Kalikoski, 2002), sobre a fiscalização:

Muitos fatores contribuem para as deficiências no monitoramento das condições dos recursos e na fiscalização das regulamentações no estuário da Lagoa dos Patos e em áreas costeiras. A começar pelo fato de que, com a centralização da gestão pesqueira, o monitoramento e a fiscalização se tornaram responsabilidades de uma única agência federal (SUDEPE e depois IBAMA), que sempre careceu da estrutura e dos recursos humanos necessários para executar suas funções de maneira efetiva. Sabe-se que a contravenção costuma ser tolerada pelos funcionários, que não se dispõem a fiscalizar as regras de maneira imparcial.

Podemos observar durante o estudo que os pescadores artesanais vivem apreensivos em relação à fiscalização, pois na maioria dos casos perdem grande parte do que usam para a sua atividade como petrechos e embarcações.

"Na real o que tá acabando com nós aqui mesmo é o IBAMA, mais ninguém, ele que tá destruindo o pescador e outra, se o IBAMA continuar não vai demorar mais de 5 anos que não vai haver mais pesca." (Entrevistado 5, 2015)

Há uma facilidade de abordagem aos pescadores menores, enquanto que a pesca industrial por ser uma pesca em larga escala e ter poder de fuga, pega cardumes inteiros, acaba com as espécies e sem fiscalização, a situação agrava. Por consequência a atividade da pesca industrial, por não ser fiscalizada devidamente, acaba por prejudicar a atividade da pesca artesanal. Também, as políticas públicas para o setor, algumas vezes não estão em conformidade com a realidade encontrada, bem como podem se encontrar omissas por parte do Estado. Ou seja,

Conforme Acselrad, Mello e Bezerra (2009, p.79), tais políticas públicas apontam para mecanismos de proteção ambiental socialmente desiguais, onde "a desigualdade ambiental pode provir tanto da adoção de certas políticas governamentais como de omissões por parte do Estado". A legislação ambiental de controle do uso dos recursos naturais revela-se, em suma, mais rigorosa quando se trata de pequenos agricultores, pescadores e extrativistas, em comparação com o agronegócio e as grandes corporações industriais. Nesse diapasão, o fortalecimento e o empoderamento dos pescadores, visando a um maior engajamento nas decisões políticas (fortalecimento da cidadania), ocorrem através da já mencionada transformação socioambiental. (BRAIDO, 2015:78)

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final do estudo realizado na 4º Secção da Barra, notamos que existem várias atividades que disputam o mesmo espaço territorial, e por consequência, ocorrem conflitos entre essas atividades, dos quais já evidenciamos ao decorrer do texto.

A pesca artesanal além de enfrentar os problemas intrínsecos da atividade tem o agravante de estarem – suas residências – no território portuário, além de estarem migrando para a atividade da pesca industrial, servindo de mão de obra proletariado para mesma. Assim, constata-se a consequente disputa e diminuição de território pesqueiro e a possível desapropriação dos moradores da comunidade. Além disso, os pescadores artesanais vivem apreensivos em relação aos

Órgãos Públicos, já que há uma fiscalização ostensiva por parte do órgão fiscalizador. Para que sejam mediados estes conflitos seria necessária uma gestão ambiental focada na relação entre as atividades de forma sustentável já que para os pescadores artesanais o meio é provedor de recursos do qual dependem para sua reprodução social e sadia qualidade de vida. Sendo assim, a gestão ambiental como um todo, principalmente a portuária, deve ser pensada de forma integrada com as comunidades locais, de modo a pensar um processo que seja feito com os sujeitos, assegurando a sua participação na definição das políticas, programas, planos, etc., dos quais lhes dizem respeito. Assim, conforme Braido (2015:80),

(...) devem ter por base o saber ambiental das comunidades envolvidas, com respeito a sua diversidade cultural, seus interesses e sua moral coletiva. A gestão ambiental local, assim sendo, deve partir desse saber no qual se fundem a consciência do meio das comunidades, o saber relativo às propriedades e o sentido de suas práticas sociais, espaço em que se integram diversos processos de intercâmbio de saberes sobre o ambiente (...).

Caso não ocorra uma mudança organizacional entre as atividades conflitantes, há uma grande possibilidade dos pescadores artesanais da comunidade se extinguir, pelo fato de que a pesca artesanal vem diminuindo cada vez mais. Isso seria uma grande perda para o Município já que fazem parte da história e da cultura da cidade.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACSELRAD, Henri (Org.). Conflitos ambientais no Brasil. Rio de Janeiro: Relume-Dumara, 2004.
- BARCELLOS, J.R.M. A educação ambiental na barra – Rio Grande – RS: Uma análise de representações sociais em uma comunidade de pescadores artesanais. Rio Grande, 2003 Universidade Federal do Rio Grande, Dissertação (Mestrado em Educação Ambiental).
- Ministério da pesca e agricultura. Disponível em <<http://www.mpa.gov.br/>>  
Acessado em 7/08/15 às 17h48min
- MONIÉ, Frédéric; VIDAL, Soraia. Cidades, portos e cidades portuárias na era da integração produtiva. Rio de Janeiro 40(6):975-95, Nov. /Dez. 2006.
- KITZMANN, Dione. Ambiente Portuário. Rio Grande: Editora da FURG, 2010.
- QUINTAS, Jose Silva. Introdução a gestão ambiental pública. 2. ed. revista. - Brasília: Ibama, 2006.
- SANTANA, G. M. Gênese e Evolução da Localidade da 4ª Seção da Barra em Rio Grande/RS. Monografia de Conclusão de Curso em Geografia Bacharelado. Rio Grande. FURG, 2010
- BRAIDO, J.A. Desencontros Legais e Morais na Pesca Artesanal: A Educação Ambiental Política para a Transformação Socioambiental em Rio Grande/RS e São José do Norte/RS. Rio Grande, 2015 Universidade Federal do Rio Grande, Dissertação (Mestrado em Educação Ambiental)
- ICMBio. Disponível em <<http://www.icmbio.gov.br/cepsul/>>  
Acessado em 17/09/15 às 10h35min
- Kalikoski, Daniela Coswig.; Vasconcellos, Marcelo. 2013. Estudo das condições técnicas, econômicas e ambientais da pesca de pequena escala no estuário da Lagoa dos Patos, Brasil: uma metodologia de avaliação. FAO Fisheries and Aquaculture Circular No. 1075. Rome, FAO. 200 pp.
- Diegues, Antônio Carlos. Pescadores, Camponeses e Trabalhadores do Mar. São Paulo/SP: Editora Atica, 292p., 1983.